



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0003353-20.2022.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação de serviços de assinatura, por 12 (doze) meses, de licenças para acesso a cursos à distância da plataforma *Udemy for Government (UfG)*.

**DESPACHO Nº 1683 / 2022 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE que tem como objeto a contratação de serviços de assinatura, pelo período de 12 meses, de licenças para acesso a cursos à distância da plataforma *Udemy for Government (UfG)*, na modalidade *online* gravado ([0939984](#)). No Documento de Formalização da Demanda - DFD n. 4/2022, a unidade define os contornos gerais da contratação com inexigibilidade de licitação ([0940280](#)).

A unidade demandante juntou proposta comercial da empresa RALEDOC - Tecnologia e Educação Ltda - CNPJ 04.615.450/0001-40 ([0941691](#)), bem como todos os elementos de cunho obrigatório exigidos pela **Lei n. 14.133/2021** e pela **Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022**, **quais sejam:** Documento de Formalização da Demanda ([0940280](#)), Estimativa da Despesa - retratada na Informação Conclusiva sobre o valor estimado da Licitação ([0949787](#)) e Termo de Referência n. 14/2022 ([0949792](#)).

Carreou-se aos autos declaração de exclusividade expedida em 15/03/2022, sem prazo de validade, pela *Udemy Inc.*, atestando que a proponente representa a Companhia com exclusividade no Brasil para o Setor Público ([0941693](#)).

A regularidade fiscal e trabalhista da empresa foi comprovada pela Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Inelegibilidade - CNJ, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certificado de Regularidade do FGTS - CRF ([0963449](#)) e Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (todos constantes do evento [0941700](#)).

O Termo de Referência n. 14/2022-COEDE ([0949792](#)) dimensionou o valor total da contratação em **R\$ 53.724,60** (cinquenta e três mil setecentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos), pelo período de 12 (doze) meses, descrevendo o objeto e seus complementos, justificou a necessidade da contratação, descreveu a conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

A Seção de Apoio às Contratações - SAC, após análise formal do procedimento, atestou que a **FASE DE PLANEJAMENTO**, a **PESQUISA DE PREÇOS - ESTIMATIVA DA DESPESA** e o referido **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 14/2022 - PRES/DG/SGP/COEDE** ([0949792](#)), complementado pela proposta juntada no evento ([0941691](#)), encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 72 c/c art. 74, incisos I e III, "f", todos da Lei n. 14.133/21, para **contratação direta por inexigibilidade de licitação** ([0956344](#)).

A COFC, na Informação n. 410/2022 ([0952534](#)), registra que se trata de contratação com previsão de execução de despesas no exercício financeiro de 2023, para o qual **não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro**, por **depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2023** e da abertura do exercício 2023, com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA 2023, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME. Informou, ainda, que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2023 tramita no processo nº [0000150-50.2022.6.22.8000](#), com **previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto dessa contratação**.

A SECONT, por sua vez, juntou aos autos a minuta do Contrato ([0962939](#)) e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise e parecer ([0962941](#)).

Assim, a AJSAOFC emitiu o Parecer Jurídico nº 297/2022 ([0963452](#)) opinando pela possibilidade de contratação direta da empresa RALEDOC - Tecnologia e Educação Ltda - CNPJ n.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04.615.450/0001-40, por inexigibilidade de licitação prevista na alínea "f" do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021; pela aprovação do Termo de Referência e, em que pese desnecessária, pela publicação ato de inexigibilidade na imprensa oficial e pela publicação do extrato do contrato juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e no **sítio eletrônico oficial do TRE-RO**. Por fim, aprovou os termos da minuta do contrato ([0962939](#)).

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e manifestou-se pela aprovação do Termo de Referência 14/2022 ([0949792](#)); autorização da despesa e pela contratação direta da empresa RALEDOC - Tecnologia e Educação Ltda - CNPJ n. 04.615.450/0001-40, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no [art. 74, I da Lei nº. 14.133/2021](#); pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado ([0949787](#)) e publicação do ato no **DJE**, em respeito ao princípio da publicidade (Manifestação n. 724/2022, evento [0963711](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente registra-se que a Lei n. 14.133/2021, em seu artigo 74, define que uma licitação é inexigível quando não é possível realizar um procedimento competitivo, sendo, portanto, necessária realizar uma contratação direta. Assim é exposto na lei:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição em especial nos casos de:

(...)

**III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:**

(...)

**f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**

(...)

Em seguida, no referido artigo, o legislador faz uma lista exemplificativa de situações que podem caracterizar essa ausência de competição e, conseqüentemente, levar à inexigibilidade, dentre elas a situação da exclusividade do fornecedor, quando apenas uma única empresa oferece determinado produto ou serviço que a Administração Pública necessita.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dessa forma, se apenas uma empresa pode ser a fornecedora, não existe competição, logo não faz sentido realizar uma licitação. Mas para comprovar que apenas determinada empresa é capaz de satisfazer a Administração, a legislação solicita comprovação da exclusividade, por meio de atestados, certificados e outros documentos, tal como está exposto no art. 74, parágrafo 3º:

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do **caput** deste artigo, **considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa** cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato. (sem destaques no original)

Feitos os registros acima, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, **com fundamento no art. 74, III, "f", da Lei n. 14.133/2021**, uma vez que os eventos de capacitação pretendidos pela COEDE são comercializados de maneira exclusiva no Brasil pela empresa proponente ([0941693](#)). Portanto, verifica-se a demonstração da impossibilidade material do desencadeamento de competição, em especial por se tratar de empresa fornecedora exclusiva, comprovada a exclusividade por declaração.

Registra-se que, no caso sob análise, foram observados os requisitos previstos nos incisos VI e VII do art. 72 da Lei n. 14.133/2021, uma vez que, por se tratar de fornecedor único do serviço, como declarado nos autos, **está justificada a escolha do fornecedor e, no tocante ao preço**, o valor do contrato foi obtido a partir da comparação do valor da proposta com os preços praticados pelo fornecedor em outras instituições, para o fornecimento de idêntico objeto a órgãos da Administração Pública - na forma dos documentos juntados nestes autos e informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação elaborado em harmonia com o disposto no **art. 23 da Lei n. 14.133/2021**, atualmente regulamentado pela **Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021** ([0949787](#)), onde há demonstração de que os valores apresentados são razoáveis e atendem aos princípios da eficiência e economicidade, mesmo tratando-se fornecedor exclusivo, o que dá suporte ao procedimento de exceção ao dever de licitar.

Além disso, nos termos constantes no item 3 do Termo de Referência ([0949792](#)), a unidade demandante justifica a necessidade da contratação enumerando várias funcionalidades do objeto a ser contratado, bem como elenca a diversidade de cursos EAD, disponíveis, sempre que possível, para acesso público como forma de reduzir o número de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratações e de afastamentos de servidores para a participação em ações de treinamento.

Analisando o fluxo do processamento da contratação direta sob análise, verifica-se que todos os documentos de cunho obrigatório exigidos pela **Lei n. 14.133/2021** e pela **Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022**, foram produzidos e encartados aos autos nos moldes padronizados neste Regional. Portanto, houve a devida adequação legal aos regimes dos normativos aplicáveis à fase preparatória da contratação (eventos n. [0940280](#) - Documento de Formalização da Demanda; [0960817](#) - Proposta Raleduc; e [0949792](#) - Termo de Referência).

Há a devida comprovação de que a contratada atende os requisitos de habilitação e qualificação conforme se depreende dos documentos juntados aos eventos n. [0941700](#), [0963449](#), [0941695](#) e [0941696](#).

Diante do exposto e da necessidade da contratação, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria TRE-RO nº 66/2018, **AUTORIZO** a inexigibilidade de licitação descrita no art. 74, III, "f" da Lei de Licitações e Contratos e, por consequência:

**I - Aprovo o Termo de Referência nº 14/2022 - PRES/DG/SGP/COEDE ([0949792](#))**, uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2020 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item do 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

**II - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento [0949787](#)**, em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2016 (atualizado pela Portaria CNJ n. 106/2022) e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

**III - Autorizo a despesa, de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, III, "f" da Lei n. 14.133/2022**, em razão da inviabilidade de competição, condicionada à disponibilidade orçamentária do valor da despesa;

**IV - Adjudico o objeto à empresa RALEDOC - Tecnologia e Educação Ltda., CNPJ n. 04.615.450/0001-**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

40, e autorizo a emissão de Nota de Empenho **no valor de R\$ 53.724,60** (cinquenta e três mil setecentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos);

**V - Determino a publicação do ato autorizativo no DJE**, em respeito ao princípio da publicidade, com fundamento no [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#) e no parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, bem como a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) do contrato no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de sua assinatura em cumprimento ao comando expresso constante no art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para continuidade do processamento do feito, com emissão de nota de empenho/assinatura do contrato ([0962939](#)), publicação do ato e execução do referido instrumento contratual.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 17/01/2023, às 17:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0964231** e o código CRC **820580D0**.